Análise da Aplicação das Tutelas Provisórias à Luz da Constituição

Autor(res)

Gil César De Carvalho Lemos Morato
Sabrina Francille Neves Dias Dayrell
Felipe De Almeida Campos
Pollyanna Thays Zanetti
Mariane Braga Alves

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

A aplicação das tutelas provisórias no ordenamento jurídico brasileiro é um tema de relevante interesse para a prática processual e para a interpretação constitucional. Tais tutelas, que podem ser cautelares ou antecipatórias, têm como função garantir a efetividade do processo e proteger direitos que, se postergados, podem resultar em danos irreparáveis. O estudo da aplicação das tutelas provisórias à luz da Constituição Brasileira permite compreender o equilíbrio entre a busca pela agilidade processual e a observância dos direitos fundamentais garantidos pela Carta Magna. Nesse contexto, a Constituição fornece as bases que orientam o uso das tutelas provisórias, sendo essencial garantir que sua aplicação não contrarie os princípios constitucionais da ampla defesa, do contraditório e da legalidade. Este trabalho analisa, assim, a integração das tutelas provisórias ao sistema jurídico brasileiro, destacando os limites e a necessidade de adequação às normas constitucionais.

Objetivo

O objetivo deste estudo é analisar como as tutelas provisórias são aplicadas à luz da Constituição Brasileira, destacando suas implicações para o processo civil e os direitos fundamentais garantidos pela Carta Magna.

Material e Métodos

A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica e análise documental, com foco na legislação brasileira, doutrina e jurisprudência sobre tutelas provisórias e direitos constitucionais. Foram consultados livros especializados em processo civil, artigos acadêmicos e decisões do Supremo Tribunal Federal que abordam a aplicação das tutelas provisórias em consonância com os princípios constitucionais. A análise busca identificar as possíveis tensões entre a urgência das medidas e os direitos constitucionais dos indivíduos.

Resultados e Discussão

Os resultados obtidos apontam que, embora a Constituição preveja a proteção de direitos fundamentais, a aplicação das tutelas provisórias deve respeitar os limites impostos por ela, garantindo o equilíbrio entre a efetividade do processo e a proteção dos direitos das partes envolvidas. A pesquisa indicou que o uso

indiscriminado das tutelas provisórias pode gerar conflitos com a garantia de contraditório e ampla defesa, especialmente quando a decisão é tomada sem o devido processo legal. No entanto, observou-se que a jurisprudência tem procurado adaptar essas medidas às situações urgentes, de modo a assegurar a justiça sem desrespeitar os preceitos constitucionais.

Conclusão

A aplicação das tutelas provisórias, quando alinhada aos princípios constitucionais, é uma ferramenta essencial para garantir a efetividade dos direitos. Contudo, é necessário que sua utilização seja criteriosa, observando os limites impostos pela Constituição para preservar os direitos fundamentais, especialmente no que se refere ao contraditório e à ampla defesa.

Referências

CÂMARA, Alexandre. Tutelas Provisórias no Novo Código de Processo Civil. 2ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.
MARTINS, Ives Gandra da Silva. Direitos Fundamentais e Tutelas Provisórias. São Paulo: Editora Manole, 2018.
STF. RE 1.118.013 - Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal. Brasília, 2020.
SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional. 34ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2022.